



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001472-82.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Ação Civil Pública - Reserva legal**
Requerente: **Justiça Pública**
Requerido: **Fazenda Palmeiras Ltda. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Mario Massanori Fujita**

VISTOS.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO propôs a presente ação civil pública em desfavor de FAZENDA PALMEIRAS LTDA., e CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, igualmente qualificadas, alegando, em síntese, o que segue.

Pretende o Ministério Público a instituição e registro de Reserva Florestal Legal de 20%, no mínimo, da área total da Fazenda Palmeiras, com exclusão das Áreas de Preservação Permanente desse percentual.

Asseverou que, inicialmente, a CETESB exigiu que a área de Reserva Legal não contivesse as Áreas de Preservação Permanente da propriedade rural, com o que faltariam 45,91 hectares de vegetação para a composição dessa mesma Reserva Legal, montante correspondente às Áreas de Preservação Permanente que deveriam ser excluídas da planta. Em seguida, porém, disse que o órgão ambiental aceitou o cômputo das Áreas de Preservação Permanente (APPs) para cálculo dos 20% mínimos de Reserva Legal, o que seria indevido, pois a Lei nº 12.651/12 seria inconstitucional. Reproduziu as razões expostas na ação direta de inconstitucionalidade em trâmite no STF.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Pediu, ao final, que incidentalmente sejam declarados inconstitucionais os arts. 15, o § 3º do art. 66, 48, § 2º e 66, § 5º, II, III e § 6º, todos da Lei 12.651/12, conferindo-se, ainda, interpretação conforme a Constituição ao inciso IV do § 5º do art. 66, para que a expressão "localizada no mesmo bioma" que consta da parte final do referido dispositivo legal, seja interpretada de forma a autorizar-se apenas a compensação entre áreas com identidade ecológica; que seja igualmente declarada, de forma incidental, a inconstitucionalidade do art. 68 e da expressão "excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei" contida no art. 12, caput, da Lei 12.651/12.

Em face da primeira ré, pugnou pela instituição da reserva legal nos termos do item 3 e item 5, de fls.27, e, em face da CETESB, que esta seja obrigada a acolher os trabalhos técnicos necessários à instituição da reserva legal nos moldes do mesmo item.

Citada, a Fazenda Palmeiras apresentou contestação a fls.88/123, aduzindo, em síntese, a aplicabilidade do art. 15 do Novo Código Florestal e a possibilidade de inclusão das áreas de preservação permanente no cômputo da reserva legal. Sustenta, ainda, a inclusão do art. 18, §4º, do referido diploma legal, sendo desnecessária a averbação no Registro de Imóveis em face do registro no CAR (Cadastro Ambiental Rural). Pediu a improcedência dos pedidos e juntou documentos.

A corré Sabesp também foi citada e apresentou contestação a fls.131/140, asseverando que, *além de permanecer como órgão responsável pelas ações de controle, fiscalização e monitoramento das atividades potencialmente poluidoras, passou a ser também o órgão ao qual incumbe, dentre outras funções inerentes a essas novas atribuições, proceder à análise de projetos técnicos de averbação de reserva legal.* Sustentou a aplicação do art. 15 do novo Código Florestal e que a corré preenche os requisitos legais ali referidos. Pediu a improcedência dos pedidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Houve réplica a fls.180/188, repisando as alegações iniciais.

É O RELATÓRIO.
CUMPRE DECIDIR.

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do CPC, eis que a matéria controvertida é exclusivamente de direito.

Afasto a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos atacados e referentes ao novo Código Florestal, considerando que inexistente decisão do STF acerca do tema e tendo em vista os argumentos já expostos pela 1ª. Câmara Ambiental do Eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, abaixo explicitados:

“A tese arguida pelo Ministério Público (inconstitucionalidade da LF nº 12.651/12) não tem sido aceita pela 1ª Câmara Ambiental; ao contrário, temos sistematicamente determinado a sua aplicação aos casos pendentes. O prejuízo aos processos ecológicos essenciais depende de demonstração caso a caso, pois diversas são as propriedades, sua realidade e a posição das matas, cursos d'água, nascentes, várzeas, etc; não há como falar em prejuízo ecológico pela simples consideração das áreas de preservação permanente no cômputo da reserva legal, uma vez que as primeiras também servem de refúgio e proteção à biodiversidade, sem o exame do caso concreto. Poder-se-ia falar em afastamento das normas da lei nova ou de inconstitucionalidade de seus dispositivos quando a sua aplicação levar a um resultado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

contrário (a inconstitucionalidade da aplicação da lei no caso concreto); mas com isso não se preocupa o apelante. A partir de uma petição inicial de todo desvinculada da área em si vem uma apelação que não dedica uma linha à propriedade objeto da lide ou ao prejuízo que as novas normas trarão nela; ao invés de uma declaração incidental para que outra se faça no caso 'sub judice', o autor pretende uma declaração 'principaliter' da própria lei, incluindo dispositivos de todo inaplicáveis ao caso dos autos.” (TJSP - Apelação nº 0003808-59.2013 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente – Rel. Des. Torres de Carvalho – Data j. 02/10/2014)

Por consequência, aplicável o art. 15, do novo Código Florestal, a permitir o cômputo da área de preservação permanente (APP) na reserva legal, afastando-se, neste quesito, a pretensão do *parquet*.

Desnecessária a averbação no registro de imóveis, tendo em conta o que dispõe a Lei nº 12.651/12 e exigência de registro junto ao Cadastro Ambiental Rural e considerando, ainda, a edição do Decreto nº 8.235/2014, que regulamentou a inscrição no CAR. Nesse sentido:

“Dispõe expressamente o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012, com redação dada pela Lei nº 12.727/2012) que a reserva legal deve ser registrada tão-somente no CAR (Cadastro Ambiental Rural) e que tal registro desobriga a averbação no Cartório de Registro de Imóveis. Assim, quanto à obrigação voltada ao registro da área de reserva legal no cadastro imobiliário por meio da averbação, procedimento que se reputava como necessário com o fim de permitir a fiscalização da manutenção e preservação de tal área contida nos imóveis rurais, vê-se que não mais é exigida em função



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

das recentes publicações do Decreto nº 8.235, de 5 de maio de 2014, e da Instrução Normativa nº 2/MMA, de 6 de maio de 2014, que estabelecem procedimentos a serem adotados para a inscrição, registro, análise e demonstração das informações ambientais sobre os imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural CAR, bem como para a disponibilização e integração dos dados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural SICAR, registro público eletrônico de âmbito nacional, de forma a instrumentalizar as normas contidas na Lei nº 12.651/12.” (TJSP - Apelação com Revisão Nº 00148-7.2013.8.26.0103 – Rel. Des. PAULO AYROSA – data j. 23/10/2014)

No caso em tela, o cadastro ambiental rural foi efetuado, conforme se observa dos documentos de fls.100 e seguintes.

No mais, não há controvérsia entre as partes que a área de reserva legal foi demarcada, isolada e está sendo preservada.

Em suma, ausentes irregularidades na instituição da reserva legal em discussão, seja em sua área, seja quanto à sua formalização e preservação, a presente ação civil pública deve ser julgada improcedente.

DISPOSITIVO:

Isto posto, cumpre extinguir o presente feito com julgamento de mérito, nos termos do art. 269, inc. I, do CPC, e julgo **IMPROCEDENTES** os pedidos iniciais.

Sem condenação em verba sucumbencial, cumprindo ressaltar que “*não pode o Ministério Público, como órgão destinado à*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

defesa, em juízo, dos direitos difusos e coletivos, bem como do interesse social e individual indisponível, arcar com os ônus da sucumbência, no caso de julgada improcedente ação civil pública por ele ajuizada” (STJ, REsp nº 26.140-SP, DJU 11.12.1995, pág. 43.198). Ausente, também, a comprovação de má-fé do Parquet na propositura desta demanda.

P.R.I.

São Paulo, 17 de outubro de 2014.

MARIO MASSANORI FUJITA

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**